

Para reduzir assimetrias

Novo presidente
do Confap expõe
planos para articular
a ciência nos estados

SARAH SCHMIDT



O agrônomo paraense Marcel Botelho, da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), assumiu a presidência do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) em janeiro deste ano para um mandato que vai até março de 2027. Diretor desde 2021 da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), agência de fomento do estado do Pará, Botelho tem voltado sua carreira para a gestão e o desenvolvimento de instituições científicas. Anteriormente ocupando o lugar de vice-presidente do conselho, ele também integra o comitê executivo da Iniciativa Amazônia+10, uma articulação que inicialmente se estabeleceu entre as fundações de amparo à pesquisa (FAP) dos nove estados da Amazônia Legal e a FAPESP (daí o nome +10), hoje ampliada, com instituições de fomento de 25 estados brasileiros. Entre 2017 e 2021, foi reitor da Ufra.

Botelho conversou com *Pesquisa FAPESP* por videoconferência sobre seus planos para o Confap – instituição que promove cooperação e articulação entre as FAP. Também falou dos desafios e aprendizados ao mobilizar as fundações em torno de projetos conjuntos, da importância de superar as assimetrias regionais em ciência e tecnologia e dos impactos da COP30, realizada em novembro de 2025, em Belém.

Agrônomo foi
reitor da Ufra,
em Belém

Como integrar melhor as FAP para que elas trabalhem em conjunto e equalizem suas disparidades regionais?

Essa equalização depende do apoio das agências federais e do governo federal, já que os estados apresentam grande discrepância de arrecadação e de desenvolvimento, não apenas científico, mas também social, como se vê nos índices de violência, saneamento básico, acesso a serviços e sistema de saúde. Exigir o mesmo nível de investimento em ciência e tecnologia de estados com realidades muito distintas é ignorar a diversidade do país e aplicar uma régua única a contextos muito diferentes. Por isso, é fundamental que a equalização ocorra por meio de políticas nacionais, tema a que pretendo dar continuidade aproveitando o bom diálogo com as agências nacionais de fomento. Esse processo também exige uma agenda gradual de superação das desigualdades regionais e estaduais, na qual as FAP se unem em torno de temas comuns, como no pro-

jeto Amazônia+10 e como deve ocorrer em futuros editais.

A Iniciativa Amazônia+10 é o maior exemplo de uma ação conjunta das FAP?

Embora existam outros programas com esse objetivo, em diferentes escalas, o Amazônia+10 é incomparável. Sua escala é inédita, porque reúne 25 das 27 FAP, além de agências federais como o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] e a Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], e agências internacionais como o Ukri e o British Council, ambos do Reino Unido, todos convergindo para temas de relevância para a Amazônia, de interesse nacional e mundial. Na primeira chamada, eram nove estados da Amazônia Legal e São Paulo, que, pela pujança do seu setor acadêmico, sempre exerceu protagonismo. Hoje há uma compreensão cada vez maior de que esse protagonismo precisa ser colaborativo, não uma atuação “de cima para baixo”, mas de fazer juntos.

Quais foram os principais resultados?

Atualmente, a iniciativa envolve 1.950 cientistas do Brasil e do mundo, com estudos desenvolvidos na própria região amazônica, coordenados por pesquisadores locais e com participação de FAP de pelo menos dois estados em cada um dos 61 projetos de pesquisa, que receberam o investimento de R\$ 149 milhões. Em dois anos foram produzidos 243 artigos acadêmicos, 89 dissertações de mestrado, 27 teses de doutorado, 2 patentes e adquiridos 165 equipamentos científicos.

Quais foram os principais desafios para realizar uma ação com tantas instituições diferentes?

É complexo desde a origem das propostas, que já exigem articulação entre pesquisadores de diferentes estados, até a aprovação nas FAP, cada uma com regras e sistemas de avaliação próprios. Apesar disso, a iniciativa trouxe aprendizados importantes para o Confap. Ela nos permitiu aprender como desburocratizar o processo ao criar comitês nacionais de avaliação e, por isso, estamos montando um banco nacional de avaliadores *ad hoc* que possam responder

a editais nacionais conjuntos. Também aplicamos a redução de assimetrias na prática no Amazônia+10: quando estados com menos recursos esgotaram sua verba, estabelecemos que recursos federais, via CNPq e Finep, sejam destinados às unidades da Amazônia Legal para evitar que a falta de verba inviabilize grandes projetos, já que as FAP não podem transferir recursos entre si. Esse é um caminho de como podemos iniciar um processo de melhoria dessas disparidades.

O Confap pretende lançar um edital conjunto sobre inteligência artificial (IA). Quais são os objetivos?

A proposta será se apropriar da tecnologia para aplicá-la às necessidades do país, especialmente em usos que vão além da IA generativa, como cálculos, previsões e apoio à tomada de decisão, incluindo mitigação de desastres naturais, antecipação de eventos, previsão de colheitas, entre outros. Estamos estruturando uma proposta que orientará áreas estratégicas de pesquisa com a intenção de lançar editais colaborativos, nos moldes do Amazônia+10, envolvendo várias FAP. A estratégia prevê foco em áreas específicas

e regionalização das iniciativas, evitando concentração no Sul e Sudeste.

Quais são os principais entraves para o desenvolvimento científico e tecnológico na região amazônica?

A região Norte tem os piores indicadores do país, o que demanda ampliar a pós-graduação, fortalecer a comunidade acadêmica e adotar um modelo de desenvolvimento próprio, compatível com a baixa densidade demográfica necessária à preservação da floresta. Embora responda por cerca de 6,5% a 7% do produto interno bruto [PIB] nacional, a região recebe menos de 3% dos recursos federais de ciência e tecnologia, evidenciando a necessidade de priorização e de investimentos mais elevados, inclusive para atrair pesquisadores, fortalecer instituições e universidades e criar centros de excelência.

Como o senhor avalia o legado da COP30 para a Amazônia?

A COP30 foi um marco, algo muito importante para Belém, e também estabeleceu um legado técnico-científico. Tivemos uma mobilização de instituições científicas da região amazônica e a Cúpula dos Povos, em que vários grupos tradicionais se reuniram para discutir suas temáticas. Destaco também a participação da Embrapa, com a AgriZone, que mostrou que o Brasil tem adotado tecnologias verdes que reduzem as emissões de carbono e a pressão sobre o meio ambiente, e indicou que há pesquisas na área do agro entre as mais avançadas do mundo. Como desdobramento, o lançamento do Vale Bioamazônico [iniciativa de inovação que articula políticas e estruturas do Pará, como o Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia, o Museu das Amazônias e o Parque de Ciência e Tecnologia Guamá] traz o caminho que devemos seguir, aliando a ciência ao conhecimento ancestral para o desenvolvimento de novos produtos a partir da floresta viva. Novas parcerias começaram a se consolidar, iniciadas em conversas durante o evento, como o acordo firmado pelo Confap em janeiro com o Ministério das Relações Exteriores da Itália para um programa de cooperação científica e tecnológica para o financiamento de 10 projetos bilaterais. Outras parcerias devem vir nos próximos meses. ●

“É fundamental que a equalização das desigualdades ocorra por meio de políticas nacionais